

Programa prevê até R\$ 30 bi em financiamentos de carros novos

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou nesta quarta-feira (20) as regras do novo programa Move Brasil, que vai oferecer financiamento facilitado para motoristas de aplicativo, taxistas e cooperativas adquirirem veículos novos. A medida faz parte de uma nova etapa do programa federal voltada à renovação da frota de transporte individual de passageiros no país.

A regulamentação foi publicada por meio da [Resolução nº 5.304](#) do CMN e detalha como funcionarão os financiamentos, que poderão somar até R\$ 30 bilhões em recursos públicos e privados.

Quem poderá participar

O programa será destinado a três grupos:

- motoristas de aplicativos;
- taxistas;
- cooperativas de táxi.

Para ter acesso ao financiamento, os trabalhadores precisarão cumprir critérios definidos pelo governo federal. **No caso dos motoristas de aplicativos, haverá exigência de tempo mínimo de atuação na profissão.**

Já taxistas e cooperativas deverão atender às regras da Receita Federal relacionadas a benefícios fiscais, como isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na compra dos veículos.

Como funcionará

Os financiamentos serão feitos por bancos e instituições financeiras autorizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na prática, **o BNDES vai repassar os recursos para os bancos parceiros, que serão responsáveis por conceder o crédito aos motoristas e assumir o risco de inadimplência das operações.**

Os financiamentos poderão ser usados para comprar:

- veículos elétricos;
- híbridos flex;
- carros flex;
- veículos movidos exclusivamente a etanol.

O programa também permitirá incluir no financiamento:

- **seguro do veículo;**
- **seguro prestamista;**
- equipamentos de segurança;
- itens voltados à proteção de mulheres motoristas.

Os itens extras poderão representar até 10% do valor do automóvel.

Taxas reduzidas

O CMN definiu condições especiais para os financiamentos.

A taxa básica dos recursos aplicados diretamente pelo governo no programa será de 2,5% ao ano para os beneficiários em geral. Para mulheres que trabalham no transporte de passageiros, a taxa cairá para 1,5% ao ano.

Além disso, os bancos poderão cobrar remuneração adicional de até 8,5% ao ano pelas operações. O BNDES cobrará até 1,25% de juros ao ano pela administração do programa.

O prazo máximo de pagamento será de até 72 meses (seis anos), com possibilidade de até seis meses de carência para começar a pagar o principal da dívida.

O valor máximo financiado por veículo será de R\$ 150 mil.

Objetivo do programa

Segundo o governo, **o Move Brasil busca reduzir os impactos do aumento recente dos custos do setor de transporte, agravados pelas tensões internacionais e pela alta dos combustíveis após o conflito no Oriente Médio.**

A proposta também tem como meta **acelerar a renovação da frota nacional**, incentivando veículos menos poluentes e mais eficientes no consumo de energia.

A expectativa é que a troca de veículos antigos por modelos mais novos ajude a reduzir emissões de poluentes, melhorar a segurança e aumentar a qualidade dos serviços de mobilidade urbana.

Garantias previstas

A regulamentação também permite o uso de garantias do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac-FGI), mecanismo criado para facilitar financiamentos em operações consideradas de maior risco.

Na prática, esse fundo funciona como uma espécie de garantia complementar para os bancos, reduzindo o risco de prejuízo em caso de inadimplência.

Isso tende a facilitar a aprovação de crédito para trabalhadores autônomos, categoria que normalmente enfrenta mais dificuldade para obter financiamento em condições favoráveis.

O que é o CMN

O Conselho Monetário Nacional é o principal órgão responsável por definir as regras da política econômica e financeira do país. Cabe ao CMN estabelecer diretrizes para crédito, juros, sistema bancário e funcionamento do mercado financeiro.

O conselho é formado por três integrantes: o ministro da Fazenda, Dario Durigan, que preside o órgão; o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo; e o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti.

Fonte: Agência Brasil, em 20.05.2026